



**VIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA
Coimbra, 17 e 18 de Julho de 2003**

COMUNICADO FINAL

1. Os Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República de Moçambique, da República Portuguesa, da República Democrática de São Tomé e Príncipe e da República Democrática de Timor-Leste reuniram-se na VIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, na cidade de Coimbra, Portugal, nos dias 17 e 18 de Julho de 2003.

A cerimónia de abertura foi presidida por Sua Excelência o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Dr. António Martins da Cruz.

Esta sessão ordinária do Conselho de Ministros, presidida por Sua Excelência o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, contou com a presença de Suas Excelências o Coordenador do Comité de Concertação Permanente, Embaixador José Gregori, o Secretário Executivo da CPLP, Embaixador João Augusto de Médicis, e o Secretário Executivo Adjunto, Dr. Zeferino Martins.

Foram ainda convidados a participar na Reunião o Professor Doutor Jorge Braga de Macedo, Consultor da OCDE; o Dr. Márcio Barbosa, Director Geral Adjunto da UNESCO e o Dr. James Morris, Director Executivo do Programa Alimentar Mundial (PAM).

2. Tomaram boa nota do Relatório do Coordenador dos Pontos Focais da Cooperação, Embaixador Marco César Meira Naslausky, para o período 2002/2003, e saudaram os resultados alcançados no primeiro ano de funcionamento deste novo órgão da Comunidade. Destacaram, em particular, o sucesso na definição das suas atribuições e competências no marco da estrutura institucional da CPLP, e o êxito em projectos nas áreas de governo electrónico, saúde e telecomunicações.
3. Analisaram e aprovaram o Relatório apresentado pelo Secretário Executivo da CPLP, sobre as actividades desenvolvidas no exercício 2002/2003, no âmbito das Decisões e Recomendações da IV Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Brasília, em 31 de Julho e 1 de Agosto de 2002.
4. Registaram com apreço o Relatório de Sua Excelência o Presidente do Conselho de Ministros da CPLP, Embaixador Celso Amorim, designadamente, no que respeita ao conjunto de medidas adoptadas durante o seu primeiro ano de exercício, pertinentes à consolidação da CPLP e ao cumprimento das decisões de Brasília.
5. Promoveram um debate geral, em que reiteraram a interdependência entre a paz e o desenvolvimento e a relevância deste tema no ideário da Comunidade, conforme inscrito na Declaração de Brasília sobre Paz, Desenvolvimento e o Futuro da CPLP.

Com respeito à actuação externa da CPLP, reiteraram a importância da concertação político-diplomática entre os Estados membros em *fora*

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Rua de São Caetano, nº 32 1200-829 Lisboa

Telefone: (+351) 21 392 85 60 Fax: (+351) 21 392 85 88

internacionais, e nesse contexto, agradeceram os representantes da OCDE,² UNESCO e PAM, cujas apresentações e debate subsequente salientaram as sinergias existentes entre o apoio ao empresariado nacional, à educação para todos e à luta contra a pobreza.

Realçaram a actuação destas organizações em países lusófonos, bem como as potencialidades da cooperação entre a NEPAD e a OCDE para efeitos de troca de informação económica.

Recomendaram que a CPLP aproveitasse as oportunidades de colaboração entre a OCDE e a UNESCO, promovendo reuniões periódicas sobre temas de interesse comum.

Em particular, examinaram a recente evolução do cenário internacional e a participação de membros da Comunidade e seus parceiros regionais em eventos de magnitude, tais como a Cimeira da União Africana, a Reunião do G-8 e Países Convidados e a participação da CPLP na II Cimeira Europa-África. Destacaram, nesse sentido, a necessidade de maiores esforços para a diminuição da pobreza e mais equitativa distribuição dos frutos do desenvolvimento no plano internacional.

Tomaram boa nota da informação prestada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da República de Moçambique sobre a II Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, realizada em Maputo, de 04 a 12 de Julho de 2003, que destaca os esforços em curso no Continente para a resolução dos conflitos, tendo referido que o estabelecimento do Conselho de Paz e Segurança da União Africana constituirá um instrumento fundamental para a prevenção, gestão e resolução de conflitos, e que a NEPAD é um Programa da União Africana que visa encontrar soluções para o problema da pobreza e subdesenvolvimento do Continente, na base da máxima utilização e racionalização de recursos e capacidades nacionais.

Saudaram a República de Moçambique por ter assumido recentemente, a presidência da União Africana, um facto que engrandece a CPLP.

Manifestaram a sua satisfação pela participação do Presidente em exercício da CPLP na reunião ampliada do G-8, em Evian, durante a qual convidou os líderes mundiais a debruçarem-se sobre os graves problemas da pobreza e da miséria, que continuam a afligir milhões de homens e mulheres no mundo, e a comprometerem-se na construção de uma nova aliança mundial em prol do desenvolvimento económico com inclusão e justiça social.

Encorajaram o envolvimento da Comunidade e dos seus Estados membros em iniciativas no âmbito do Diálogo UE-África, bem como a sua participação nos trabalhos preparatórios da II Cimeira Europa-África a realizar em Lisboa, em data a determinar.

Expressaram, de forma inequívoca: a disponibilidade da CPLP para participar activamente no Diálogo UE-África e nas suas iniciativas de cooperação, nomeadamente na Prevenção e Resolução de Conflitos, no Combate ao HIV/SIDA e nos Direitos Humanos e Democracia; o apoio da CPLP aos esforços políticos da União Africana e da União Europeia que visem criar condições para a realização, o mais rapidamente possível, da II Cimeira Europa-África; o apelo a que a representação africana e europeia na próxima Cimeira Europa-África seja feita ao mais alto nível; e o apoio a Portugal no esforço político e logístico para acolher em Lisboa a II Cimeira Europa-África de Chefes de Estado e de Governo.

Manifestaram ainda disponibilidade para contribuir com técnicos em língua portuguesa para eventuais acções de cooperação a levar a cabo nos países africanos membros da CPLP, no âmbito do processo de Diálogo UE-África.

Acolheram com agrado a realização, no Brasil, em Junho de 2004, da XI Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, dedicada ao tema central do reforço da coerência entre estratégias de desenvolvimento nacionais e processos económicos globais com vista ao crescimento económico e desenvolvimento, em particular dos países do Sul. A CNUCED, que tem sido capaz de revitalizar-se como *forum* e como instituição, sob o comando do embaixador Rubens Ricupero, continuará a merecer o apoio dos Estados membros da CPLP, pela pertinência da sua contribuição analítica e propositiva, centrada na perspectiva do mundo em desenvolvimento.

Consideraram, também, em especial, a importância de assegurar a vigência do Direito Internacional, fortalecer a Organização das Nações Unidas, respeitar as resoluções do Conselho de Segurança e privilegiar o exercício da diplomacia como meio para a manutenção da paz e da segurança internacional.

Reafirmaram a necessidade e combater o terrorismo e as ameaças à paz e segurança internacional, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os instrumentos jurídicos de que são parte os países da CPLP.

6. Aprovaram um Projecto de Plano de Acção para o Futuro da CPLP (em anexo), um documento que consideraram importante para o processo de desenvolvimento da Organização.
7. Congratularam-se com os progressos alcançados na área da concertação político-diplomática, designadamente o reforço da presença coordenada nos diversos *fora* internacionais e o acompanhamento regular da situação interna nos Estados membros.
8. Manifestaram o seu reconhecimento pelo endosso da CPLP às candidaturas dos Estados membros no âmbito do Sistema das Nações Unidas, destacando a candidatura de Moçambique ao cargo de Director Geral da Organização Mundial de Saúde; as candidaturas de Portugal e do Brasil ao Tribunal Penal Internacional; as candidaturas de Portugal ao Conselho da União Internacional de Telecomunicações, à Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas; ao Conselho da Organização Marítima Internacional (período de 2003 a 2005) e ao cargo de Director Geral da União Postal Universal; as candidaturas do Brasil à Comissão de Prevenção do Crime e Justiça Penal (período 2004 a 2006), à Comissão de Desenvolvimento Sustentável (período de 2004 a 2007) e à Comissão de Entorpecentes (período de 2004 a 2007); e as candidaturas de Cabo Verde ao Conselho de Administração do PNUD, à Comissão de Estatísticas do Comité Económico e Social, ao Conselho de Coordenação do Programa Conjunto de HIV/SIDA e à Vice-Presidência da Assembleia Geral das Nações Unidas.
9. Comprometeram-se a envidar esforços para o envio de uma Missão de Observação Eleitoral às eleições legislativas antecipadas na Guiné-Bissau, com a realização prevista para o próximo dia 12 de Outubro.
Tomaram boa nota do convite de Moçambique e apoiam a participação da CPLP na observação do recenseamento e das segundas eleições autárquicas, que terão lugar no dia 15 de Novembro de 2003.
10. Saudaram o Governo brasileiro pela adopção do Programa Fome Zero, que conta com a ampla participação da sociedade civil na sua formulação e gestão, e estimularam a discussão no âmbito a CPLP sobre experiências nacionais no combate à fome.

Ressaltaram o interesse dos países da CPLP de que o combate à fome ocupe posição de destaque na agenda internacional. Nesse sentido, decidiram⁴ direccionar esforços da CPLP para acções que visem promover a segurança alimentar, manifestaram o seu compromisso com o fortalecimento do sistema das Nações Unidas e das suas agências especializadas, e saudaram a proposta brasileira de criação de um fundo mundial para o combate à fome.

11. Tendo ouvido a exposição em que o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da República Democrática de Timor-Leste ressaltou a necessidade de maior capacitação institucional do seu país, especialmente nas áreas da Justiça e Administração Pública, sugerindo o recurso a mecanismos trilaterais de cooperação, decidiram autorizar o Secretário Executivo a explorar – em estreita colaboração com as agências nacionais de cooperação e de apoio ao desenvolvimento dos Estados membros – as possibilidades de financiamento que terceiros países e organismos multilaterais podem oferecer para a viabilização de iniciativas que visem o aperfeiçoamento das instituições de carácter vital para o desenvolvimento de Timor-Leste.
12. Manifestaram o seu apoio à inclusão de Timor-Leste na lista dos Países Menos Avançados das Nações Unidas, inclusão essa que permitirá a Timor-Leste usufruir dos benefícios deste estatuto em prol do seu desenvolvimento.

Relativamente à situação de Cabo Verde, os Estados membros da CPLP comprometeram-se a coordenar os seus esforços nas negociações no âmbito das Nações Unidas, de forma a evitar a graduação imediata deste país da lista dos Países Menos Avançados.

Reconheceram a necessidade de serem encontradas soluções para uma transição dos países que atingem os níveis para uma graduação da lista dos Países Menos Avançados, de forma a não pôr em causa os respectivos ganhos de desenvolvimento.

13. Examinaram a projectada Cimeira Mundial da Sociedade de Informação, tendo acordado no envolvimento na preparação e participação activa dos Estados membros nesta reunião das Nações Unidas, com vista a garantir aos países de língua portuguesa e às suas sociedades uma inserção vantajosa na moderna sociedade da informação, que deve basear-se no respeito pela diversidade cultural e pela liberdade de expressão.
14. No âmbito da cooperação, tomaram boa nota das conclusões e recomendações das diversas reuniões sectoriais ao nível ministerial e institucional e da sociedade civil realizadas desde a IV Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

Agradeceram e tomaram boa nota das informações prestadas pelo Ministro das Relações Exteriores de Angola sobre a Cimeira Extraordinária dos PALOP e a Reunião dos Ministros da Comunicação Social dos PALOP e Portugal.

Registaram, com satisfação, as importantes decisões emanadas da III Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP, em Maputo, em 19 de Novembro de 2002, como a criação do seu Secretariado Executivo, a organização de encontros técnicos preparatórios para futuras reuniões, a preparação de um estudo sobre o impacto da economia informal na redução do desemprego e da pobreza absoluta nos países membros, e a escolha de Angola para sediar a IV Reunião, no quarto trimestre de 2003.

Sublinharam a realização nos dias 27 e 28 de Maio de 2003, no Palácio dos Congressos da cidade de São Tomé, em São Tomé e Príncipe, da VI Reunião dos Ministros da Defesa da CPLP, e destacaram a importância das discussões e

dos consensos obtidos em torno de temas como o papel da Comunidade na prevenção e gestão de crises regionais; a resposta solidária de ataque terrorista⁵ a um Estado membro, o reforço e o desenvolvimento de exercícios militares da Série FELINO direccionados à participação em operações humanitárias e de apoio à paz, o intercâmbio entre os respectivos Serviços de Informações Estratégicas de Defesa e Militares, o desenvolvimento do Centro de Análise Estratégica (CAE), e a elaboração de um Protocolo Geral de Cooperação para reforçar as capacidades da CPLP na prevenção e gestão de crises.

Notaram, com interesse, a realização do III Fórum dos Parlamentos da Língua Portuguesa (Praia, em 18 e 19 de Novembro de 2002), da IV Conferência dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça da CPLP (Praia, de 9 a 12 de Dezembro de 2002), da Reunião dos Magistrados do Tribunal de Contas da CPLP (Luanda, em 6 de Novembro de 2002) e do I Encontro das Mulheres Parlamentares de Língua Portuguesa (Brasília, de 8 a 11 de Junho de 2003). Consideraram que a continuidade do intercâmbio de experiências entre os órgãos do Poder Legislativo e entre os órgãos do Poder Judiciário proporcionará benefícios crescentes a todos os Estados membros, como os primeiros resultados já têm demonstrado.

Tomaram conhecimento, com satisfação, das Reuniões Ministeriais e outras Reuniões Sectoriais programadas para se realizarem, ainda no 2º semestre de 2003 e no ano de 2004, no âmbito da Comunidade, tendo reiterado sua relevância para o adensamento das relações intra-comunitárias, para o entrosamento entre diversos sectores de actividades dos países da CPLP e para o intercâmbio de experiências enriquecedoras entre os membros da Comunidade.

Saudaram o empenho dos Estados membros em organizarem as Reuniões Ministeriais Sectoriais, destacando a realização, no segundo semestre de 2003, no Brasil, da VIII Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa (1 e 2 de Outubro), da II Conferência Interministerial do Ambiente da CPLP (9 e 10 de Outubro), do IV Fórum dos Ministros de Estado e Parlamentos da CPLP (30 e 31 de Outubro), do II Encontro de Ministros da Administração Pública da CPLP (Outubro), da V Conferência dos Ministros da Educação da CPLP (4 e 5 de Novembro) e da II Reunião dos Ministros da Ciência e Tecnologia da CPLP (data a definir).

Consideraram, também, a importância do Turismo como actividade impulsionadora do desenvolvimento económico, social e ambiental dos Estados membros e saudaram a iniciativa de se realizar, em 2004, em Portugal, a II Reunião Inter-governamental dos Países de Língua Portuguesa sobre o Turismo, com vista ao estabelecimento de medidas que os Ministros responsáveis pelo sector entendam apropriadas.

15. Reafirmaram o mandato conferido pela Resolução sobre Cidadania e Circulação de Pessoas no Espaço da CPLP, adoptada pela VII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP de Brasília, que aprova a continuação das actividades do Grupo de Trabalho Alargado sobre Cidadania e Circulação de Pessoas no Espaço da CPLP, com vista a aprofundar as reflexões sobre a Convenção Quadro Relativa ao Estatuto do Cidadão da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, bem como de outras questões relevantes no âmbito da cidadania e circulação de pessoas no espaço da Comunidade.
16. Registaram com apreço a adopção na ordem interna de Angola, Portugal e São Tomé e Príncipe dos cinco Acordos sobre Circulação de Pessoas no Espaço da CPLP, o que permite a sua entrada em vigor, de acordo com a Resolução sobre a Vigência dos Actos Internacionais Firmados no Âmbito da CPLP. E

recomendaram a conclusão das formalidades legais internas para a sua ratificação pelos restantes Estados membros. ⁶

17. No ponto relativo à Cooperação Económica e Empresarial, tomaram conhecimento, com satisfação, dos resultados do II Fórum Empresarial da CPLP, realizado em Fortaleza e Beberibe, nos dias 10 e 11 de Junho de 2003, e reiteraram a importância do continuado desenvolvimento desta nova vertente de actuação da Comunidade.

Registaram com apreço os resultados deste Fórum, como ambiente promotor de troca de informações, de cooperação empresarial e de prospecção de novas oportunidades de negócios e investimentos no espaço da CPLP.

Recomendaram a realização de uma Assembleia Constitutiva com a participação de empresas de todos os Estados membros que permita a constituição formal do Conselho Empresarial até final de 2003.

Registaram com satisfação a oferta de Cabo Verde para acolher o III Fórum Empresarial da CPLP, previsto para o ano de 2004, tendo em vista o reforço da cooperação económico-empresarial entre os Estados membros da CPLP.

18. Saudaram a apresentação, pelo Secretariado Executivo, do Programa de Luta Contra o HIV/SIDA ao Fundo Global das Nações Unidas para o Combate ao HIV/SIDA, Tuberculose e Malária.

19. No âmbito da promoção e difusão da língua portuguesa, apreciaram o Relatório apresentado pela Directora Executiva do IILP e endossaram as conclusões da II Assembleia Geral do IILP, realizada na cidade da Praia, entre 28 e 30 de Abril de 2003.

Registaram também, com apreço, os esforços que o Secretário Executivo tem realizado no sentido de desenvolver parcerias da CPLP com organismos internacionais, instituições públicas e entidades não governamentais na área da promoção e difusão da língua portuguesa. Observaram que essas parcerias ampliam a capacidade de actuação e visibilidade da Comunidade, permitindo a concretização de iniciativas, de forma mais célere, como o novo Portal CPLP, desenvolvido em parceria com a instituição privada brasileira Takano e a parceria com o projecto Estação Luz da Nossa Língua, patrocinado pelo Governo brasileiro, pelo Governo estadual de São Paulo e pela Fundação Roberto Marinho.

Congratularam-se com o projecto apresentado por Portugal e pelo Brasil para a disponibilização de meios para a presença efectiva da Língua Portuguesa nas reuniões da União Africana nas vertentes de tradução e de compreensão, não só como instrumento de cooperação, mas também como defesa do direito de expressão dos falantes em circuitos de organizações e de *fora* internacionais. Este projecto apresentado envolverá a participação e a colaboração do Secretariado Executivo da CPLP e do IILP.

20. Aprovaram as seguintes Resoluções:

- Sobre a Reconstrução de Angola;
- Sobre a Guiné-Bissau;
- Sobre os Direitos Humanos e a Abolição da Pena de Morte;
- Sobre a Questão da Fome nos Países da CPLP
- Sobre o Diálogo UE-África

- Sobre a Cimeira Mundial da Sociedade da Informação;
 - Sobre a Cimeira Mundial do Desenvolvimento Sustentável;
 - Sobre os Resultados da II Assembleia Geral do Instituto Internacional de Língua Portuguesa – IILP;
 - Sobre os Resultados do II Fórum Empresarial da CPLP;
 - Sobre a Adesão aos Acordos Firmados no Âmbito da CPLP
 - Sobre a Aprovação do Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo da CPLP para o Exercício de 2003;
 - Sobre o Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo da CPLP para o Exercício de 2004;
 - Sobre a Mudança da Unidade Monetária para o Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo e Pagamento de todas as Contribuições;
 - Sobre o Relatório de Auditoria Conjunta às Demonstrações Financeiras da CPLP.
21. Saudaram o povo e o Governo da República de Angola pela consolidação efectiva da paz e da estabilidade política do país, factores que têm permitido melhorar o espírito de reconciliação e unidade nacional, a adopção de programas para a recuperação económica e o desenvolvimento social, o respeito pelas liberdades cívicas dos cidadãos e a promoção da democracia, o que tem aumentado o seu prestígio internacional.
22. Congratularam-se com a assunção, em Janeiro de 2003, do novo Governo brasileiro, que adoptou o firme compromisso com um projecto nacional de desenvolvimento económico e com a inclusão social. No plano internacional, o Brasil reafirmou o seu compromisso com a redução do hiato entre ricos e pobres, a promoção e protecção dos direitos humanos, a defesa do meio ambiente e a construção de um mundo mais justo, mais seguro e mais pacífico, com base no Direito Internacional e nos princípios do multilateralismo.
23. Registaram com apreço os progressos de Cabo Verde, não obstante as condições adversas em que o país promove o seu desenvolvimento, os quais se traduzem numa subida apreciável dos índices de desenvolvimento humano dignos de realce no contexto africano.
- Todavia, face à fragilidade da sua economia marcada pela insularidade, vulnerabilidade aos choques externos e por uma grande dependência da ajuda pública ao desenvolvimento e das remessas da comunidade caboverdiana expatriada, os Estados membros da CPLP comprometeram-se a coordenar os seus esforços nas negociações no âmbito das Nações Unidas, de forma a evitar a graduação imediata deste país da lista dos Países Menos Avançados.
24. Tomaram boa nota da informação prestada pela Secretária de Estado de Cooperação Internacional da República da Guiné-Bissau sobre a realização de eleições legislativas antecipadas previstas para o dia 12 de Outubro próximo,

para as quais a CPLP e os respectivos Estados membros serão convidados a participar como observadores. 8

Congratularam-se pela determinação do Governo da Guiné-Bissau para que as eleições sejam justas, livres e transparentes.

25. Registraram com agrado o processo de consolidação e aprofundamento da Democracia em Moçambique e os esforços do Governo na promoção do desenvolvimento económico e social do país, com realce para o Programa de Alívio e Redução da Pobreza Absoluta (PARPA).
26. Congratularam Portugal pelo esforço político e logístico e a reiterada disponibilidade para acolher em Lisboa, em data a fixar, a II Cimeira Europa-África de Chefes de Estado e de Governo que constituirá um marco na institucionalização do novo relacionamento entre a União Europeia e o continente africano.
27. Relativamente a São Tomé e Príncipe, manifestaram a sua preocupação pela situação prevalecente naquele Estado membro após a sublevação militar ocorrida nos últimos dias e instaram à reposição imediata do quadro constitucional, tendo decidido enviar uma missão de bons ofícios da CPLP, em parceria com as organizações regionais africanas para ajudar o país na solução da crise, conforme Declaração em anexo.
Congratularam este Estado membro pelos preparativos, já em curso, visando a realização com êxito da V Conferência de Chefes de Estado e de Governo, a ser realizada em Julho de 2004.
28. Congratularam a República Democrática de Timor-Leste (RDTL) pela celebração do segundo ano desde a transferência de soberania, ocorrida no dia 20 de Maio de 2002. Apesar dos desafios inerentes a uma nova nação independente, a RDTL continua a consolidar a paz e a estabilidade internas, as instituições do Estado, e as suas relações com os vizinhos. No plano económico, o recente acordo entre o governo da RDTL e a Austrália para a partilha equitativa das receitas dos hidrocarbonetos do Mar de Timor abre perspectivas animadoras para uma menor dependência da ajuda externa e para o desenvolvimento da jovem nação.
Ciente de que a Comunidade Internacional deve continuar a apoiar o novo país nos seus esforços de consolidação da paz, estabilidade, capacitação humana e técnica e desenvolvimento económico sustentável, apelaram à ONU para a necessidade de manter a sua presença em Timor-Leste para além de Maio de 2004, quando finda o mandato da UNMISSET, evitando-se assim que uma saída precipitada possa comprometer o trabalho anteriormente realizado e uma obra incompleta.
Nesta perspectiva, exortaram o Conselho de Segurança a ponderar a extensão da presença da ONU em Timor-Leste com uma nova configuração adaptada à nova realidade da jovem nação sem descuidar os três grandes pilares que garantem a paz e a sustentabilidade: a defesa, o respeito da lei e a manutenção da ordem, e a capacitação humana.
29. Aceitaram com satisfação o convite para que a próxima Reunião do Conselho de Ministros se realize em São Tomé e Príncipe, em Julho de 2004, antecedendo a V Conferência de Chefes de Estado e de Governo.
30. Expressaram à República Portuguesa, em particular ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, ao Governo Civil e à Câmara Municipal de Coimbra, e à Reitoria da Universidade de Coimbra, o seu agradecimento pela hospitalidade fraterna e pelo acolhimento caloroso dispensados a todos os participantes na VIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP.

Feito e assinado em Coimbra, em 18 de Julho de 2003. 9